

Entrevista – Marieta de Moraes Ferreira: Uma trajetória em (o que hoje chamamos) história pública

Interview – Marieta de Moraes Ferreira: A Trajectory in (What We Call Today) Public History

Entrevista realizada na Editora da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro, no dia 29 de abril de 2019. ¹

Miriam Hermeto *

Rodrigo de Almeida Ferreira **

Marieta de Moraes Ferreira é pesquisadora e professora de História, figura de destaque para se pensar a constituição de campos como a história política, a história do tempo presente e a história oral na historiografia brasileira. Docente aposentada na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ex-pesquisadora no Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), autora de diversos artigos e livros acadêmicos, didáticos e paradidáticos, hoje coordena a Editora da FGV. Participou, muitas vezes concebendo e/ou coordenando, de projetos de divulgação científica, ensino de História, formação de professores e pesquisadores em História, que foram (e são) fundamentais para consolidar a feitura de uma história *em relação, em parceria, para e por* diferentes públicos. Na entrevista que nos concedeu, além abordar as relações entre história pública e ensino de história – temática deste Dossiê –, narrou brevemente a construção de sua trajetória e como a percebe, hoje.

Marieta de Moraes Ferreira is a historian and History professor. She is a prominent figure when one thinks about the constitution of fields such as Political History, Present Time History and Oral History in the Brazilian historiography. Retired professor at the Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), former researcher at the Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), author of several papers and academic, didactic and paradidactic books, today she coordinates the FGV

* Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil. Integrante da Rede Brasileira de História Pública (RBHP). miriamhermeto@gmail.com

** Docente da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil. Integrante da Rede Brasileira de História Pública (RBHP). rodrigoalmeidaferreira@id.uff.br

publishing house. Ferreira has participated, often as coordinator and/or designer, in projects of scientific divulgation, History teaching, formation of teachers and researchers in History which were (and are) fundamental to consolidate the making of a History *in relation, in partnership, for and by* different audiences. In the interview, besides dealing with the relationship between Public History and History teaching – the theme of this Dossier – she briefly narrates how she has built her career and how she perceives it today.

Nascida na cidade do Rio de Janeiro, mas criada em Nova Friburgo, interior do estado, Marieta de Moraes Ferreira recorda que precisou transcender a criação de uma família conservadora para cursar universidade e estabelecer uma vida profissional. Com esse intuito, mudou-se para a capital, mas abriu mão de sua primeira opção de universidade – a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – quando percebeu o quanto as perseguições políticas e ideológicas da ditadura, intensificadas após o Ato Institucional nº 5 (de 13 de dezembro de 1968), abalaram o corpo docente da instituição. Decidiu, então, atravessar a baía de Guanabara para se matricular no curso de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, no ano de 1969. Formada em meio a repressão e cerceamento ao livre pensamento impostos pela ditadura militar, a historiadora traz, em sua concepção profissional e de educação, a liberdade, o pensamento crítico e o rigor da pesquisa como pilares. Por isso mesmo, encara o atual contexto político nacional e internacional com grande preocupação, compreendendo-o como grave ameaça às liberdades, aos direitos conquistados e à própria democracia, reconstruída após 21 anos de governo ditatorial.

Depois de formada, Marieta de Moraes Ferreira atuou como professora da rede municipal do Rio de Janeiro e de uma faculdade privada. Afastou-se da sala de aula ao se tornar pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa, em 1977. No ano seguinte, ingressou na Fundação Getulio Vargas, onde a pesquisa a levou a se interessar cada vez mais pela história política, especialmente por seu trabalho na produção do Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro (CPDOC/FGV) e, posteriormente, em pesquisa sobre as elites políticas fluminenses – aliás, tema de seu doutorado, cursado também na UFF (1985-1991).

Durante o doutoramento retomou, em 1986, as atividades de docência como professora visitante na UFRJ, onde, pouco tempo depois, foi aprovada em concurso na área de História do Brasil (1988). Como seu concurso não exigia dedicação exclusiva, Marieta conciliou a docência na graduação e orientações na pós-graduação com as atividades de pesquisa no CPDOC/FGV, onde exerceu a presidência entre 1999 e 2006. Em 2012 saiu do CPDOC embora tenha permanecido na Fundação Getúlio Vargas, onde até hoje coordena o programa FGV Ensino Médio (voltado à produção de materiais didáticos), a Editora da FGV e, também, o Sistema de Bibliotecas. Durante esse período, na FGV, a professora se dedicou à pesquisa, mas também a projetos diretamente voltados à educação, como nos cursos ofertados pela Fundação, na edição de livros didáticos de História e na criação do mestrado profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais (CPDOC/FGV).

Reconhecida como uma das pioneiras do campo da História Oral no país, junto a outros pesquisadores – na entrevista, citou nominalmente Déa Felelon, José Carlos Sebe Bom Mehy, Antônio Torres Montenegro, Alice Beatriz da Silva Gordo Lang e Yara Cury – procurou articular ações em torno dessa metodologia, que ela considera estimulante também para as práticas de ensino de história. Estava à frente do programa de História Oral da FGV quando foi escolhida como primeira presidente da Associação Brasileira de História Oral (ABHO, 1994-1996). Trabalhou intensamente para divulgar e refinar esse procedimento de pesquisa num período em que ainda era objeto de grande desconfiança por parte da academia, ao incentivar eventos, intercâmbios e publicações sobre a temática.

Concomitantemente a todo esse esforço, foi também uma das primeiras vozes a problematizar a história do tempo presente como campo de pesquisa. Nesse ponto da entrevista, Marieta lembrou que, na seleção para o doutorado, a banca sugeriu que seu projeto sobre a história recente dos partidos políticos brasileiros (1945-1974) caberia mais a um programa de Ciência Política, ao que a candidata rebateu, reivindicando o tema para a área da história.

A entrevistada foi uma das organizadoras do ProfHistória – Mestrado Profissional em Ensino de História (financiado pela Capes e com núcleos em diferentes instituições de ensino superior), programa do qual se orgulha pela dimensão educacional e por favorecer diálogos entre a universidade e professores

da educação básica. O ProfHistória e o ensino de história são vistos, em seu entendimento, como potencialmente favoráveis a práticas da história pública.

Ainda que ela própria expresse (como se lerá) receio pelas possibilidades de uso contemporâneo da noção de história pública, em tempos de onda conservadora e desvalorização do conhecimento científico produzido academicamente – receio do qual, aliás, partilhamos – Marieta tem sido intelectual e articuladora cultural importante para a consolidação do que vimos chamando no Brasil, na última década, de *história pública*. Convidamos os leitores a conhecerem a trajetória dessa historiadora brasileira de referência, bem como os significados que ela própria atribui a esse caminho contemporaneamente.

Marieta, ao narrar sua trajetória, você sinalizou pontos interessantes para pensarmos nas interfaces entre história pública, história do tempo presente e práticas de história oral – questões socialmente vivas, que, dentro de uma sala de aula, seja em nível superior, seja em ensino básico, fomentam a curiosidade e dinâmicas didáticas. Como você tem acompanhado e compreendido esse debate sobre história pública? E de que modo você pensa o potencial da história pública para o professor e para os estudantes de história?

Sobre a questão da história pública e do ensino de história, tem um ponto que eu acho importante tocar. Principalmente a partir dos anos 1980, quando teve o grande *boom* dos programas de pós-graduação – a expansão dos cursos de história e dos programas de pós-graduação –, o ensino de história ficou totalmente secundarizado nos cursos de licenciatura em história. Ninguém queria saber de ensino de história. Todo mundo achava que ia fazer história e todo mundo ia ser historiador. E licenciatura... estava ali, para todo mundo fazer, [como se fosse algo que] “tem que fazer”... Mas as disciplinas da licenciatura eram realmente muito pouco interessantes e ninguém estava preocupado propriamente com o *ensino de história*. As pessoas estavam preocupadas em estudar teoria e historiografia, em preparar-se para fazer pós-graduação, ser historiador, trabalhar. E ninguém estava preocupado em pensar como é que transmitiria aquele conhecimento que adquiria na universidade para os seus alunos na sala de aula, quando você vai dar aula para 5ª série [atual 6º ano], 6ª série [atual 7º ano] ou para o ensino médio. Isso gerou uma desvalorização, porque era uma discussão sobre a qual os historiadores não se

interessavam. Houve uma discussão, nos anos 1980, por exemplo – quando terminou a ditadura –, em que a Anpuh se mobilizou muito para acabar com Estudos Sociais e reintroduzir o ensino de História. Mas era uma discussão muito mais de princípio, do que propriamente uma discussão no campo da história, de como se exerceria essa prática do ensino de história na sala de aula. Isso era totalmente secundarizado. Tanto que me lembro de um episódio – acho que em 2008 ou 2007 – em um fórum de coordenadores, lá em Brasília. Na época, o professor [Manoel] Salgado era coordenador do fórum. Levantei a ideia de que a pós-graduação deveria ter alguma preocupação com o ensino de história, e que os materiais didáticos que fossem produzidos pelos professores deveriam ser objeto de avaliação, de pontuação para a Capes. Foi uma briga, porque as pessoas diziam: “A pós-graduação não tem nada a ver com ensino de história, isso não é assunto nosso, nós somos pesquisadores”. Na ocasião, acabamos criando uma pequena comissão para estudar como é que se poderia dar maior atenção ao ensino de história – o que eu considero uma primeira semente para criação, depois, do ProfHistória, pelo menos para engajar certas pessoas. O ensino de história ficou muito secundarizado, muito desvalorizado, a prática docente também. Dentro da área de história, o ensino de história não tinha relevo nenhum. Quem se ocupava em discutir isso, de alguma forma, estava nas Faculdades de Educação, eram as pessoas da área da educação, que se envolviam mais em trabalhar com prática de ensino, publicavam alguns trabalhos sobre isso. Mas na área de história propriamente dita, isso ficava secundarizado.

Quanto à história pública... a gente tem que entender de onde vêm as coisas. Acho que a história pública é uma coisa muito de matriz americana, que vem dos Estados Unidos, em função de uma realidade norte-americana, diferente da nossa. Na historiografia francesa, com a qual eu me aproximo mais e me identifico, não existe isso de história pública. Se você pegar o livro do Christophe Charle [*Homo historicus: reflexões sobre a história, os historiadores e as ciências sociais*, editado pela FGV], ele discute demandas sociais do historiador, que têm muito a ver com o problema da história pública. Como o historiador se relaciona com as demandas da sociedade, em que medida está sintonizado com elas... Mas, também, ele não pode estar submisso a essa demanda social. Então não me sinto identificada com essa ideia da história pública. Até porque acho que é uma definição extremamente ampla. O que é

história pública? Tem aquele livro sobre história pública [*Que história pública queremos? What public history do we want?*, organizado por Ana Maria Mauad, Ricardo Santhiago e Viviane Borges, Letra & Voz, 2018], no qual até publiquei um artigo. Procurei ler alguns artigos para me inteirar e vi que há uma série de pontos de vista a respeito do que é a história pública.

Eu vejo assim: de um lado, se você toma como premissa a ideia de história pública como uma história que tem sintonia com as demandas da sociedade, acho interessante. É aquilo em que se poderia encontrar, digamos, não uma equivalência, mas uma proximidade com aquilo que se está chamando de demandas sociais para os historiadores. É importante que a gente, a comunidade científica, os historiadores, tenham essa percepção de que têm que falar para a sociedade, que têm que estar conectados com o que está acontecendo na sociedade. Nesse sentido, acho que a história pública tem uma contribuição, principalmente no caso do ensino, mas também para outras atividades: preservação ambiental, patrimônio, educação patrimonial – enfim, há vários temas para os quais eu acho que a história pública pode trazer uma contribuição importante.

Agora, o que me preocupa, na história pública, é essa ideia de que todo mundo pode fazer história. E aí tem uma coisa que eu acho interessante a gente distinguir... O Phillipe Joutard fala isso e, mais recentemente, o [François] Hartog também, naquele livro *Crer em história* [Autêntica, 2017]. Ele fala sobre fazer história, fazer a *História*, ou o que a gente poderia dizer história vivida e história como campo disciplinar de conhecimento. Acho que todos nós fazemos história, como cidadãos. Na prática, na nossa vida, quando a gente vota, quando a gente participa de várias atividades. Mas isso é uma coisa. Outra coisa é fazer história como um campo disciplinar. Você vai fazer uma pesquisa, tem uma série de procedimentos e princípios que vão orientar a sua atividade como pesquisador. E aí, não sei até que ponto isso é dominante, até que ponto isso é relevante...

Acho que isso se junta com uma visão de história oral lá de trás, de que todo mundo pode escrever história. Entendeu?! Porque já existe um pouco essa ideia, de que todo mundo é historiador em potencial. Por isso, na verdade, a gente nunca consegue aprovar a profissão de historiador, numa luta inglória de várias diretorias da Anpuh. Acho que tem uma dose de risco, quando você acha que qualquer pessoa, qualquer cidadão está habilitado e legitimado para escrever um trabalho, digamos, científico sobre história. Principalmente nos

dias de hoje, acho isso muito arriscado, porque hoje todo mundo – hoje, eu digo no momento que estamos vivendo – há uma grande quantidade de pessoas que escreve na internet, que escreve em todo tipo de mídia. Ou é *twitter*, ou é *podcast*, ou é *site*, enfim... interpretações e visões da história. E todos os discursos e todas as narrativas se equivalem. Então, posso dizer que nunca teve campo de concentração; você pode dizer que não existiu ditadura militar no Brasil; não houve Holocausto; ou que o nazismo era socialista. Entendeu? A narrativa da história, como uma disciplina que é pautada em determinados procedimentos e que tem um compromisso, não é que seja *a verdade*, mas ela tem compromisso com uma fidedignidade das informações e das análises que ela apresenta. E é com isso que não sei se a história pública se preocupa tanto. Tem um lado que acho muito bom – de chamar a atenção, de estar sintonizado com a sociedade, de se preocupar com o caso específico de ensino de história. Mas me preocupa esse outro lado – que parece que algumas vertentes de história pública defendem – de que um grupo de pessoas, ou uma pessoa, sem maior formação, pode fazer uma narrativa histórica que é tão legítima quanto outra, pautada nesses procedimentos e regras. Essas coisas têm muito risco, é preciso ter muita preocupação com isso.

Há alguns anos essas demandas sociais aconteciam, mas de outra maneira. Por exemplo, se você pensar, na década de 1990, na virada dos 2000, uma forte demanda social de todas as lutas de mulheres, dos movimentos negros, dos movimentos indígenas. Quer dizer, todos esses movimentos identitários foram fortes demandas sociais e muitos historiadores engajaram-se nessas lutas, alguns muitas vezes fazendo trabalhos e pesquisas; e muitos se engajaram politicamente, mesmo. Só que o jogo virou. Eu mesma fiz livros, por exemplo, sobre as origens do PT, um livro de história oral com depoimentos de pessoas que trabalharam como fundadoras do partido. Agora, o problema que ocorreu em alguns projetos, naquela conjuntura dos anos 1990, principalmente 2000 – e acho que temos que tomar cuidado hoje de novo – foi uma sacralização da memória dos chamados grupos excluídos, das vítimas. Já lá atrás eu sempre pontuei muito isso: “Olha, não é porque a gente se identifica com determinadas lutas, que tem que sacralizar a memória desses grupos”. Uma coisa é a memória militante, outra coisa é o papel do historiador profissional.

Só que agora virou o jogo. Todas essas lutas identitárias e demandas sociais estão sendo combatidas, estão sofrendo certo refluxo. Há a emergência

de outros grupos sociais com outras demandas sociais, opostas àquelas: de combate às lutas feministas, dos movimentos LGBT, dos movimentos indígenas... Enfim, você tem outros grupos. E, mais uma vez, se eu lá atrás problematizava essa sacralização da memória, agora mais do que nunca tem-se que estar atento e saber como se posicionar, como combater as *fake news*, que são a veiculação de informações históricas equivocadas.

Pensando nessa ponderação, que é muito relevante, sobre a pulverização da ideia de história pública, gostaria que você refletisse um pouco sobre essa relação que o ProfHistória propõe entre academia e o professor da educação básica. Questões como: Quem produz o conhecimento histórico? Qual é o papel e o significado do conhecimento histórico produzido na escola? – especialmente diante desse momento para o qual você chama a atenção.

Primeiramente, não vou discutir a problemática dos efeitos dele na área da educação, mas a verdade é que na própria área de educação, nos primórdios, alguns também rejeitavam os mestrados profissionais e, conseqüentemente, o ProfHistória. As pessoas viam o ProfHistória só com essa dimensão política: uma coisa do neoliberalismo, um mestrado aligeirado, algo superficial. Havia uma resistência significativa ao ProfHistória – em relação aos mestrados profissionais, de uma maneira geral, e ao ProfHistória, em particular. Então, quando começamos a trabalhar para montar o ProfHistória foi uma experiência muito interessante, muito rica, para todos aqueles que participaram. Começou com uma proposta do Carlos Fico, que, na época, era coordenador da área de história da Capes. A Capes estava desenvolvendo e expandindo esses mestrados profissionais: já tinha o ProfMat, o ProfLetras, estava em curso o ProfArtes, que, mais ou menos, desenvolveu-se paralelamente ao ProfHistória. Ele me procurou e perguntou se eu tinha interesse em liderar esse projeto. Eu disse que sim, primeiramente porque eu tinha tido uma experiência anterior. Eu já era uma pessoa simpática, digamos assim, à ideia do mestrado profissional, porque quando eu era diretora do CPDOC também liderei a ideia de se criar um mestrado profissional na área de bens culturais e projetos sociais.

Na época não existia mestrado profissional na área de história, e foi bastante difícil. Na área de história teve uma resistência grande. Para que o mestrado fosse aprovado, mandei uma pré-consulta para a Capes. Não me lembro quem era o coordenador, eu sei que a Janaina Amado era uma das pessoas...

Recebemos a visita da Stella Bresciani e do Ulpiano [Bezerra de Meneses] e fomos verdadeiramente sabatinados. Pegaram a proposta, passaram um dia inteiro no CPDOC discutindo o que era aquilo, como é que era, como o curso ia andar... no final, foi aceito. Começamos o Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais, que deu muito certo, continua ainda funcionando e formando novas pessoas. Então, eu já tinha, digamos, essa proximidade. Enquanto muitas pessoas ainda viam de forma negativa ou com desconfiança a ideia do mestrado profissional, eu já estava totalmente sintonizada com isso. E, além do mais, eu já tinha aquela história lá atrás de, no fórum de coordenadores, defender a ideia de que a produção de materiais didáticos era uma coisa importante, que os programas de pós-graduação deveriam dar atenção à educação básica, ao ensino de história. Eu tinha tido, quando era diretora do CPDOC, a experiência de coordenar uma iniciativa de produção de livros didáticos. O primeiro livro, chamado *História em Curso*, foi de Américo [Freire] e Marli [Mota]; depois, fiz também um livro de *História Geral* com a professora Amélia Teles e Renato Franco. Enfim, um grupo de professores de história, historiadores. Eu já tinha uma proximidade com esse negócio de participar, primeiro acompanhar a produção de um livro didático. E depois de participar da produção de um livro didático, aí você vê que é muito difícil. E eu fico, às vezes, muito irritada, quando pessoas que nunca escreveram nada de material didático começam a dizer que “livro didático não fala sobre isso, não fala sobre aquilo, distorce a historiografia, que livro didático...”. A pessoa nunca fez um livro didático na vida, não sabe que um módulo didático, qualquer material didático, é um negócio muito difícil! Eu já tinha essa aproximação dupla, uma com o mestrado profissional e outra com a ideia de material didático para história, e falei: “Está bom, [Carlos] Fico, eu topo!”

Comecei, primeiro, a conversar com as minhas colegas da Faculdade de Educação da UFRJ, professora Ana Maria [Monteiro], professora Carmen Gabriel e mais alguns colegas do próprio departamento de história, mas muito poucos. E também de outras universidades daqui do Rio, como a Keila [Grinberg], com quem já tinha contato desde a UniRio, e que tinha uma aproximação com isso... Com pessoas da UFF, da Rural [Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ]... E fomos arrumando um grupinho de pessoas. No começo, até, era um grupo grande. Depois alguns foram saindo, e reunimos pessoas de seis universidades daqui do Rio, as públicas e mais a

PUC – porque, naquela época, o Luiz Reznik estava lá e era uma pessoa interessada no ensino de história.

Foi muito, muito interessante a gente pensar como seria esse projeto: o que seria um mestrado de ensino de história? Nesse momento é que surgiu a concepção de que não era para fazer um curso de atualização historiográfica – que os professores fazem, mas depois voltam para a sala de aula e aquilo faz muito pouca diferença na maneira de atuarem. A ideia era que a gente fosse fazer alguma coisa que tivesse conexão com o que o professor fazia na sala de aula. E outra coisa: a ideia de que nós não eramos os “donos da bola”, que estávamos ali também para aprender e tinha que ser um diálogo entre nossos alunos, professores da educação básica, e nós, os doutores da universidade. Mas que os doutores da universidade não estavam dominando a cena. É muito interessante, porque orientar uma dissertação do ProfHistória é muito diferente de orientar mestrado ou doutorado acadêmico. A maioria das pessoas que começou o ProfHistória tinha muita experiência no mestrado acadêmico, [mas] no mestrado profissional praticamente ninguém ali [era experiente].

Na verdade, por mais que tivéssemos feito o projeto e definido quais eram as disciplinas obrigatórias, ao mesmo tempo abrimos espaço para que os núcleos locais tivessem liberdade de fazer disciplinas que tivessem sintonia com a sua realidade. Um professor lá de Santa Maria (RS) vai fazer pesquisa sobre migração alemã, e o do Tocantins está interessado na questão indígena, na questão da terra... Mas tem aquelas três disciplinas: Teoria do Ensino de História, Historiografia do Ensino de História, e Projeto. O resto as pessoas escolhem, fazem as disciplinas de acordo com as suas localidades. A gente mantém uma lista que a gente fez, até porque, para dar entrada do projeto na Capes, tem procedimentos: não sei quantas disciplinas, ementas, bibliografias, enfim. Até onde eu sei, tem 27 núcleos, 300 professores docentes, doutores, que estão envolvidos no ProfHistória, e já temos praticamente mais de mil alunos que se formaram, que estão cursando ou que estão entrando agora, nesta quarta turma. Não posso dizer que em todo lugar aconteceu da mesma maneira, que em todo lugar foi maravilhoso. Claro que não, evidentemente tem erros, tem alunos que não se saíram bem, tem professores que não entenderam bem qual é o negócio. Mas, de qualquer maneira, acho que é uma coisa que ficou. Dos projetos em que participei e conheci, foi esta a ideia: você não sabe tudo; para orientar um trabalho daquele, tem que partilhar. Ele [o

mestrando] vai trazer a matéria-prima, vai trazer qual é a questão dele na sala de aula, e você, com a sua experiência docente, vai ajudando. Como vai fazer a pesquisa e como é que aquilo tem a ver com a sala de aula dele, como é que ele vai aplicar aquilo na sala de aula?

Tem outra coisa que eu acho: os cursos do ProfHistória têm muito mais debate do que os cursos do mestrado acadêmico e do doutorado acadêmico. Eles debatem, parece que eles têm uma ânsia de vir para a sala de aula e partilhar os problemas, de discutir as dificuldades. Acho que a contribuição entre eles, às vezes, é até mais relevante do que o que o professor vai falar, porque tem tanta interação entre eles... da experiência que um fez na sala e que o outro está fazendo, o que deu certo para um, o que deu certo para o outro...

Além do mais, a ideia do tipo de trabalho final: não é só ir lá escrever um texto, uma monografia, uma dissertação, mas sempre tem que ter algum produto. Ou montar uma exposição, ou um *blog*, ou uma cartilha, ou uma oficina na sala de aula, para aplicar com seus alunos. O resultado final do trabalho tem essa dimensão, uma conexão muito forte... Acho, nesse aspecto, que tem uma proximidade com a história pública, porque tem uma proximidade muito grande com a demanda daqueles professores, com a demanda daquelas comunidades, daquelas escolas, que vão se beneficiar, em maior ou menor escala, do trabalho daquele professor. Não sei se respondi a sua pergunta.

Sim. Você acredita que o ProfHistória traz um protagonismo para a profissão docente?

Ah, eu acho! Principalmente para a nossa área de história. Se você conversar com uma pessoa da área de educação, ela pode dizer: “Bom, mas nós já fazíamos isso antes do ProfHistória”. Mas, na área de história, acho que isso teve um papel muito importante. Legitimou o campo [de ensino de história] dentro da área de história – que eram uns pobres coitados, os primos pobres; e, hoje, essa realidade mudou muito.

Outra temática que consideramos importante para pensar essa interface do ensino com a história pública são as disputas em torno das reformas curriculares, como a BNCC [Base Nacional Comum Curricular] e a reforma do Ensino Médio. Além de projetos, em andamento, de franca desvalorização do professor. Como você tem percebido esses debates atuais na nossa área?

Olha, acho o debate pequeno, mesmo eu reconhecendo que o ensino de história ganhou uma dimensão maior na nossa área, angariou adesões muito relevantes, de professores muito reconhecidos. Mas, quando chega a hora de discutir os problemas concretos, imediatos – BNCC, reforma do Ensino Médio –, acho que os cursos de história, as graduações e as pós-graduações, não se interessam muito por isso. Parece que não se dão conta do impacto que isso significa para a nossa área. Acho até que, na época de definir os conteúdos da BNCC, ainda teve uma participação maior. Quando teve aquele primeiro projeto em que se eliminou muito a parte que se referia à história antiga, à história medieval, e valorizou-se muito a história indígena, a história dos afrodescendentes... Acho que houve uma mobilização maior da comunidade acadêmica e científica dos historiadores. Mas, por exemplo, a reforma do Ensino Médio? Ih, não querem nem saber! É como se aquilo ali não tivesse muito a ver com a área.

A própria ideia, por exemplo, das reformas das licenciaturas mobiliza pouco os professores. Você poderia pensar: “Isso é uma briga com a faculdade de educação!”. Não é, não. É uma briga dentro da história, [por]que eles não querem absorver, na carga horária das suas disciplinas, uma parte que vai se dedicar a trabalhar com estratégias de ensino. Você está dando aula sobre Primeira República, sobre a Política dos Governadores, como é se faz uma atividade ou um seminário ou uma pesquisa? Como é que você vai ensinar Política dos Governadores para os seus alunos lá do 6º ou do 8º ano? As pessoas não querem pensar sobre isso. Acho que diminuiu um pouco, mas que ainda tem uma resistência muito grande. Uma coisa é dizer: “Ah, eu acho o ensino de história importante para a área de história, isso é muito relevante!” –, mas o que eu faço para isso na minha disciplina? Eu tenho alguma preocupação com isso na minha disciplina? Eu crio microtemas na minha disciplina, em que faço alguma relação com o ensino? Não.

Como você avalia o cenário da profissão do professor nos dias de hoje?

Está muito difícil. Eu acho que a profissão do professor já estava bem difícil há algum tempo. Fiz até uma pesquisa com um colega, aqui, na Fundação [Getúlio Vargas], que é um estatístico muito competente e que faz muita pesquisa para o Inep; ele fez a parte quantitativa, eu fiz a parte da contextualização, do surgimento das licenciaturas. Primeiramente, o seguinte: o professor, de uma maneira geral, as pessoas que fazem licenciatura, especialmente de

humanas (mas a pesquisa era sobre história), ganham menos do que outros profissionais com o mesmo nível de titulação. Segundo: você tem uma quantidade de pessoas que se formam em história, que terminam a licenciatura e não ficam trabalhando como professores de história, não vão exercer a profissão. Vão trabalhar em comércio; um percentual significativo vai exercer outras atividades. Depois, também, a remuneração é desigual em termos de estado: tem estados que pagam melhor, tem estados que pagam menos. Mais: nos últimos tempos, a própria questão da violência nas salas de aula. Bom... e agora, nesses últimos 2 ou 3 anos, a própria luta ideológica que está se travando. Não sei se vocês viram, na primeira página d'*O Globo*, tinha uma matéria enorme: o presidente tinha colocado no *twitter* dele um depoimento de uma professora – de português, se não me engano, não era nem de história – criticando o Olavo de Carvalho [*Matéria veiculada em 28 de abril e atualizada na data da entrevista; disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/bolsonaro-divulga-video-de-aluna-que-filmou-professora-em-aula-23628113>*]. E isso se torna um... [problema] e o aluno tem direito de filmar [o professor]. Enfim, há toda uma problemática quando os poderes públicos legitimam essa prática de filmar o professor para denunciar, quer dizer, coisa que nem no regime militar acontecia, não é? Tudo isso gera uma instabilidade e uma insatisfação muito grande. Eu não sei o que vai acontecer, daqui a 3 ou 4 anos, porque – eu não sei se vocês estão informados, mas 40% dos docentes da rede pública no Brasil vão se aposentar. Vai haver uma renovação enorme dos docentes das escolas públicas brasileiras. Quer dizer, muita gente vai se aposentar. E gente nova, que vai entrar, ou que já entrou, gente que se formou faz 5 anos, que ainda vai ter o mestrado para concorrer, e gente que está se formando agora.

A gente está vivendo um momento muito crítico em relação à educação. Eu acho até que já estávamos vivendo um momento muito crítico, independente das últimas novidades do governo. Mesmo a reforma do Ensino Médio é muito complicada. Eu, até, era favorável a ter uma base nacional curricular – poderia ter crítica a esse eixo ou àquele, ou achar que a base não estava bem construída. Mas, do meu ponto de vista, a base pode ser útil. De outro lado, sobre a reforma do Ensino Médio, eu achava também que tem uma quantidade muito grande de matérias, é muito difícil para os meninos, principalmente da escola pública, ter que lidar com todos aqueles conteúdos. É muito conteúdo, mesmo na nossa área tem muito conteúdo. Acho que precisava, mesmo, dar

uma enxugada. Agora, por outro lado, a maneira como a reforma do Ensino Médio foi aprovada e encaminhada é muito pouco exequível, tem muito pouca capacidade de ser eficaz. Isso antes [da aprovação da Reforma]; e agora, mais do que nunca – até porque dizem que vão mudar a reforma do Ensino Médio, não é?! Como a gente não sabe o que vai acontecer... É uma imprevisibilidade enorme, que só piora as perspectivas da educação. Em vez de se preocupar com o aluno na sala de aula, [ou] como é que se melhora a formação dos professores – parece que essas coisas não são objeto de interesse. Objeto de interesse é a luta ideológica. Então, acho que as coisas são bastante difíceis.

Nesse cenário, o que você diria que são as principais demandas sociais para o historiador, que remetem a essa face importante da história pública contemporaneamente?

Olha, eu acho que a gente tem que continuar fazendo o nosso trabalho, dando continuidade às nossas pesquisas, formando os nossos alunos. E nesse momento, em que a coisa está muito, muito polarizada, em que os professores enfrentam muitos riscos, acho que temos que ser cautelosos. Porque agora as coisas estão bem mais difíceis, porque essa memória subterrânea emergiu. Tempos atrás as pessoas podiam ser preconceituosas, mas, digamos, se policiavam, se envergonhavam um pouco de explicitar esses pontos de vista. E, hoje, as pessoas não têm nenhum pudor de defender esse tipo de posição. Então, a gente tem que saber como é que lida com isso. No máximo, vejo como preocupação tentar manter esse equilíbrio de mostrar que existem pontos de vista diferentes – tem pessoas que pensam assim, tem pessoas que pensam assado –, mas que tem fatos e eventos que podem e devem ser verificados. Ou seja, é possível ter interpretações diferentes sobre determinados fatos, mas existem determinados fatos que podem ser verificados e comprovados. Eu penso que o desafio é fazer isso, que não é fácil, e acho que, mesmo assim, os riscos não são pequenos.

Quando me aposentei, no ano passado, recebi uma homenagem lá na UFRJ. Foi até uma coisa legal, vieram professores de outras universidades falar de aspectos da minha trajetória; depois, fiz uma fala pequena, dizendo que me considero uma privilegiada, porque exerci os meus 32 anos de profissão na vigência de um regime democrático, de crença na esperança, de crença de um Brasil melhor. E eu acho que vocês, que são mais jovens, vão viver um tempo de muita

dificuldade. Vivemos uma democratização, toda uma crença em um Brasil que estava mudando. E agora essa crença, pelo menos para uma parte grande das pessoas da nossa profissão, parece estar mudando para outra coisa.

Para encerrar, que consideração você deixa para o professor de Ensino Básico, ou para o futuro professor, que está se graduando em história, diante desse cenário não tão otimista? Ensinar história continua a ter alguma importância?

Eu acho que continua. E, aí, acho que a história oral tem um papel importante. Sabe por quê? Porque num momento em que a sociedade está muito polarizada, é preciso reafirmar a importância do conhecimento, do conhecimento disciplinar, do conhecimento da universidade. Eu acredito – e não é só por causa da conjuntura política brasileira – que nós precisamos mudar a forma de ensinar história.

[Digo] De ensinar de uma maneira geral. Sabe por quê? A gente tem uma visão de que tem que dar tudo para os nossos alunos, não é? Que tem que dar história de Egito, Grécia, Roma, todos os eventos... E hoje, se eu quero saber uma coisa, entro no Google. Outro dia eu estava vendo uma série na televisão, sobre Luís XIV, e tinha vários personagens, vários eventos, e eu não me lembrava de mais nada daquilo. Mas, também, nunca estudei, para falar a verdade, aquilo. Entra no Google, você hoje sabe tudo o que aconteceu, os personagens... Você pode checar: “Não, esse *site* aqui é a Wikipedia, não é seguro, não vamos pegar a Wikipedia, vamos pegar um outro *site* aqui...”. O que eu acho que é muito importante, hoje, para o professor de história, é ensinar a pesquisar. Ensinar a apurar as informações que são fidedignas. E o método histórico é muito útil para isso. E a própria história oral – essa problematização das fontes – no quadro atual, acho que ela tem uma relevância muito grande. Mesmo que você não dê tantos conteúdos, mas se pegar um documento, confrontar com outro documento, fizer aquelas perguntas tradicionais – “quem fala?”, “de onde fala?”, “como fala?” –, você dá para essas crianças, esses adolescentes, esses jovens, ferramentas para eles, minimamente, se situarem nesse mar de informações que recebem todo dia. Porque, mesmo para nós, a quantidade de informações *fakes*, distorcidas, inventadas... é uma loucura!

Então, o método de investigação histórica é uma ferramenta muito importante para ajudar as pessoas a apurar e analisar a informação. E acho que a história oral tem um papel adicional, porque ela facilita muito o trabalho com

vários atores em torno de uma temática, de confrontar versões e pontos de vista, de colocar a própria discussão da memória. Não como uma memória sacralizada, verdadeira, mas a memória como uma forma de acessar o passado, que tem diferentes abordagens, diferentes pontos de vista, diferentes projetos. A maneira como você relembra o seu passado, como eu relembro o meu passado, como ela relembra o passado dela – e confrontar isso, criar mecanismos de investigação e apuração das informações. Então, isso continua tendo relevância e sendo uma ferramenta para enfrentar essa onda de *fake news* e de volume de informação. É tanta coisa, é tanta coisa... que a gente se perde, sabe? O que é que vale? O que é que não vale? A história tem essa qualidade, essa possibilidade de trabalhar nesse terreno incerto e pantanoso que nós estamos aí enfrentando.

Obrigada, professora!

Muito obrigado, professora!

NOTA

¹ Agradecemos a colaboração dos historiadores Carolina Silva Horta Machado e Gabriel Amato, com transcrição da entrevista e revisão de resumo em língua estrangeira, respectivamente. Agradecemos, também, pelos diálogos constantes.

Entrevista recebida em 13 de agosto de 2019. Aprovada em 18 de agosto de 2019.